



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE MOGI MIRIM

[2001 a 2500 processos]

Aos 28 dias do mês de maio de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2018, divulgado em 5/3/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 936 e 937). Presentes a Juíza Titular PATRÍCIA GLUGOVSKIS PENNA MARTINS e o Juiz Substituto MAURÍCIO BEARZOTTI DE SOUZA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	ARTUR NOGUEIRA, SANTO ANTONIO DE POSSE, ENGENHEIRO COELHO, MOGI MIRIM, HOLAMBRA
Lei de Criação:	6.563/78
Data de Instalação:	21/02/1979
Data de Instalação do PJE:	28/05/2014
Data da Última Correição:	04/04/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	5 %
Acervo PJe/Acervo Total:	95 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
PATRICIA GLUGOVSKIS PENNA MARTINS	06/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
13/03/2017 a 11/04/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
14/04/2017 a 20/04/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
21/04/2017 a 14/06/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
19/07/2017 a 08/08/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
09/08/2017 a 09/08/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
10/08/2017 a 18/08/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
21/08/2017 a 19/09/2017	FERIAS
21/09/2017 a 20/10/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
23/10/2017 a 21/11/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
22/11/2017 a 22/11/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
08/01/2018 a 06/02/2018	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/04/2017 a 17/05/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	20/10/2017 a 20/10/2017
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	21/10/2017 a 22/10/2017
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	23/10/2017 a 19/11/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MAURICIO BEARZOTTI DE SOUZA	07/01/2017 a 19/12/2017
MAURICIO BEARZOTTI DE SOUZA	08/01/2018 a 14/05/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
24/04/2017 a 25/04/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
19/06/2017 a 18/07/2017	FERIAS
30/08/2017 a 01/09/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	13/03/2017 a 16/05/2017
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	17/05/2017 a 14/06/2017
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	15/06/2017 a 18/06/2017
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	20/09/2017 a 20/09/2017
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	21/09/2017 a 19/10/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PRISCILA PIVI DE ALMEIDA	20/11/2017 a 22/11/2017

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/04/2017 a 17/05/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ROSELENE APARECIDA TAVEIRA	21/02/2018 a 21/02/2018
ROSELENE APARECIDA TAVEIRA	22/02/2018 a 22/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
VERANICI APARECIDA FERREIRA	21/08/2017 a 19/09/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/04/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provedimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
CAMILA SANTANA ARAUJO MUTTI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	08/01/2018
EVANDRO DE FREITAS MUNIZ	AJ-OJA	-	10/06/2005
GERSON RODRIGUES LEITE	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	09/03/2015
GUSTAVO DOMINGUES ALVIM DO CARMO	TJA	-	19/04/2018
MARCIRENE APARECIDA DE OLIVEIRA MUCINI	TJA	-	13/04/2018
MARLI ROSA DE CAMPOS BUENO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	28/03/2011
NAIRA GOMES MACIEL	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	13/04/2015
NEUSA HELENA DE PAULA CARVALHO	AJA	FC-02 ASSISTENTE	03/11/2010
PAULO CESAR DE OLIVEIRA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	25/02/2002
RAFAEL MOISES DE CARVALHO JUNIOR	AJJ	FC-04 CALCULISTA	01/12/2011
SILVIA MAURA MOREIRA DA SILVA GONCALVES FERREIRA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	23/08/1999
VAGNER OSCAR DE OLIVEIRA	AJ-OJA	-	28/01/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			11
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [04/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	1
LICENÇA À GESTANTE	120
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	8
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	12
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
TOTAL	209



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/04/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ELIOENAI GOMES DE SOUSA VIEIRA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2018
GUILHERME ALEXANDRE HEES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017
GUILHERME VITAL BRIDI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [04/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	16
MAURICIO BEARZOTTI DE SOUZA	71
PATRICIA GLUGOVSKIS PENNA MARTINS	113
VERANICI APARECIDA FERREIRA	7

SERVIDORES	HORAS
CAMILA SANTANA ARAUJO MUTTI	42
EVANDRO DE FREITAS MUNIZ	260
NAIRA GOMES MACIEL	30
PAULO CESAR DE OLIVEIRA	115
RAFAEL MOISES DE CARVALHO JUNIOR	30
SILVIA MAURA MOREIRA DA SILVA GONCALVES FERREIRA	188
VAGNER OSCAR DE OLIVEIRA	77



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	626	1.060	---
	Aguardando encerramento da instrução	701	853	---
	Aguardando prolação de sentença	188	154	---
	Aguardando cumprimento de acordo	681	425	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.736	1.620	---
	Pendentes de finalização	3.932	4.111	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	143	303	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	705	441	---
	Pendentes de finalização	848	744	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.040	1.357	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	2	152	---
	Pendentes de finalização	1.042	1.510	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	2	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	56	---
TOTAL		5.822	6.423	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	771	1.308	---
	Aguardando encerramento da instrução	805	863	---
	Aguardando prolação de sentença	229	113	---
	Aguardando cumprimento de acordo	640	368	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	3.874	4.068	---
	Pendentes de finalização	3.936	4.182	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	210	515	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	467	498	---
	Pendentes de finalização	611	834	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.194	1.449	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	774	629	---
	Pendentes de finalização	1.264	1.583	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	1	2	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	66	86	---
TOTAL		5.878	6.688	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	516	526	87
Exceções de Incompetência	22	2	17
Antecipações de Tutela	465	428	60
Impugnações à Sentença de Liquidação	21	35	15
Embargos à Execução	63	65	34
Embargos à Arrematação	0	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	6	9	3
TOTAIS	1.093	1.066	216

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	419	438	82
Exceções de Incompetência	37	23	12
Antecipações de Tutela	588	578	45
Impugnações à Sentença de Liquidação	43	20	36
Embargos à Execução	75	77	37
Embargos à Arrematação	0	2	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	8	9	4
TOTAIS	1.170	1.147	216



6 - RECURSOS [04/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.290	1.108	271
Recurso Adesivo	105	76	32
Agravo de petição	51	46	9
Agravo de Instrumento	14	9	9
TOTAIS	1.460	1.239	321

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	973	949	151
Recurso Adesivo	57	61	6
Agravo de petição	52	57	5
Agravo de Instrumento	27	9	17
TOTAIS	1.109	1.076	179



7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	720	113	215	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.142	278	382	---
Total / Média	2.862	236	345	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	724	139	222	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.131	310	393	---
Total / Média	2.855	267	354	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	327	55	24	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.534	60	32	---
Total / Média	1.861	59	31	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	111	120	224	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	390	143	249	---
Total / Média	501	138	245	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	315	2.834	2.173	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	14	2.040	1.073	---
Total / Média	329	2.801	2.052	---

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	734	111	202	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.691	269	354	---
Total / Média	2.425	222	315	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	680	111	205	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.526	280	357	---
Total / Média	2.206	228	316	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	275	20	24	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	984	31	36	---
Total / Média	1.259	29	33	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	210	227	262	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	624	284	270	---
Total / Média	834	270	269	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	1.132	2.711	1.925	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	49	1.203	1.218	---
Total / Média	1.181	2.648	1.851	---

*Do início até a extinção da execução

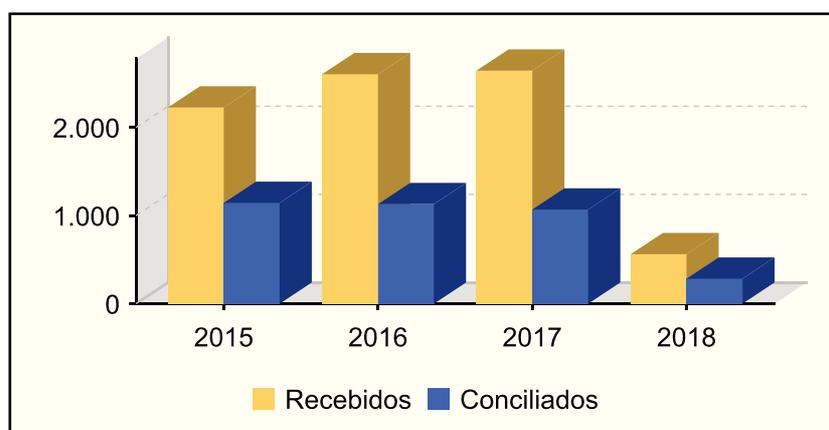


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

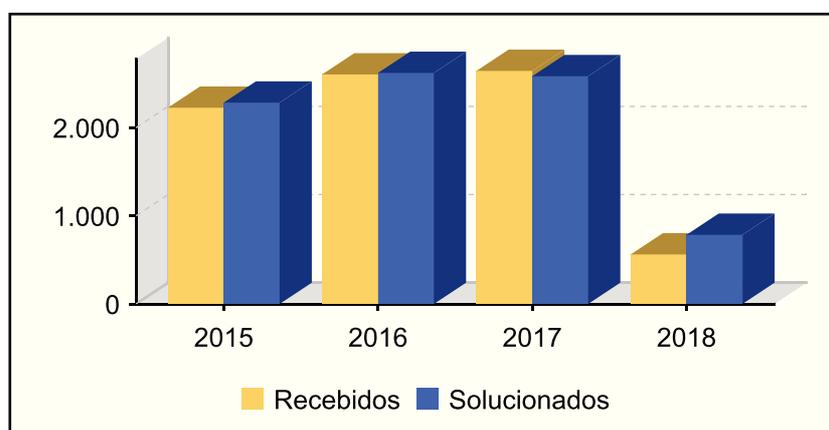
8.1 - Índice de conciliações [até 04/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.227	1.144	51,37
2016	2.605	1.130	43,38
2017	2.645	1.069	40,42
2018	562	284	50,53



8.2 - Índice de soluções [até 04/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.227	2.285	102,60
2016	2.605	2.622	100,65
2017	2.645	2.585	97,73
2018	562	785	139,68



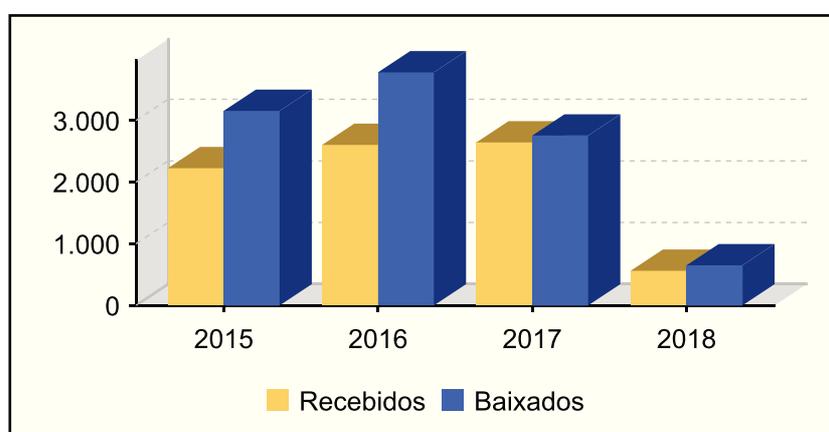


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

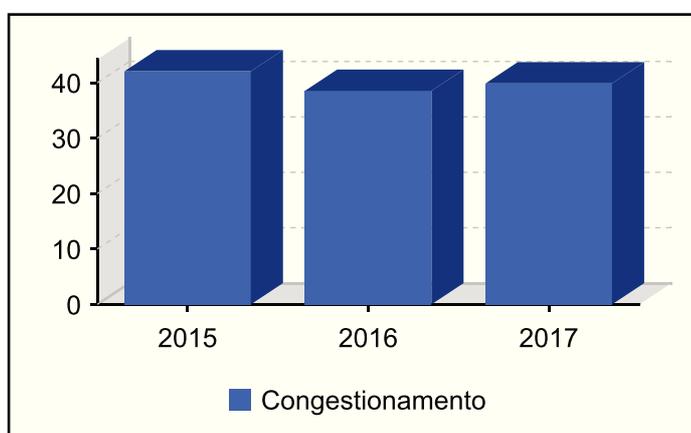
8.3 - Índice de baixas [até 04/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.227	3.157	141,76
2016	2.605	3.782	145,18
2017	2.645	2.756	104,20
2018	562	651	115,84



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.717	2.227	2.285	42,06
2016	1.661	2.605	2.622	38,54
2017	1.655	2.645	2.585	39,88

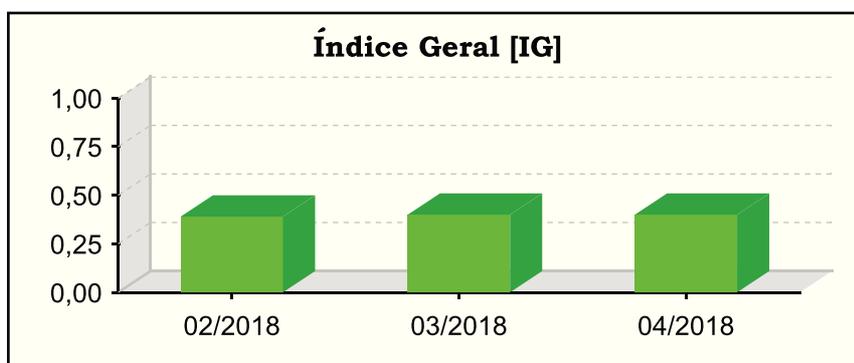
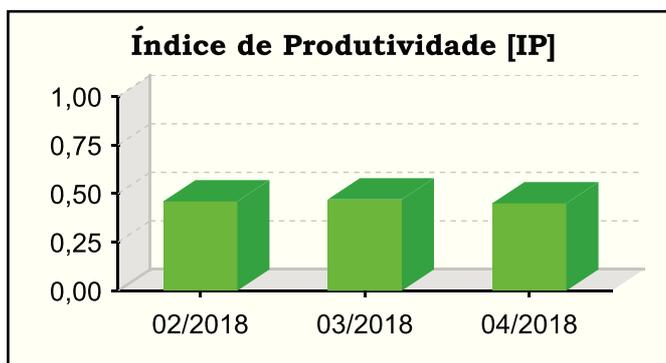
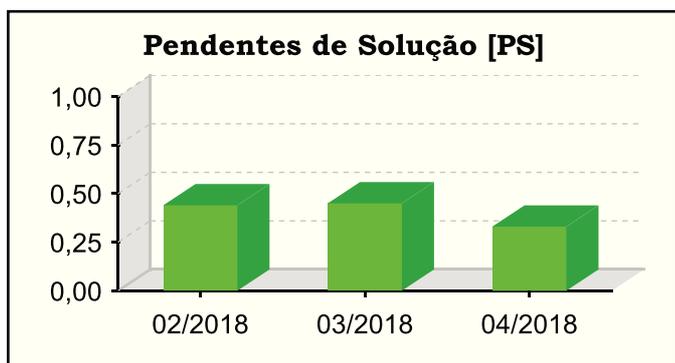
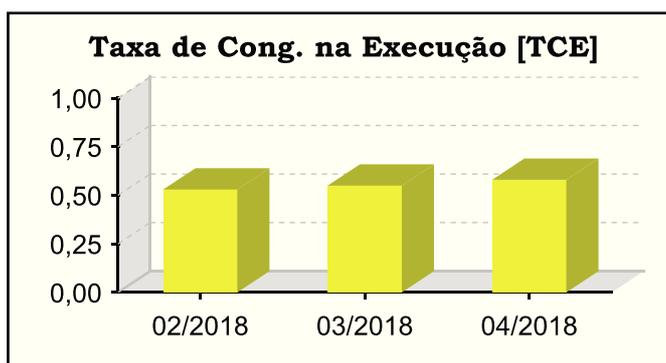
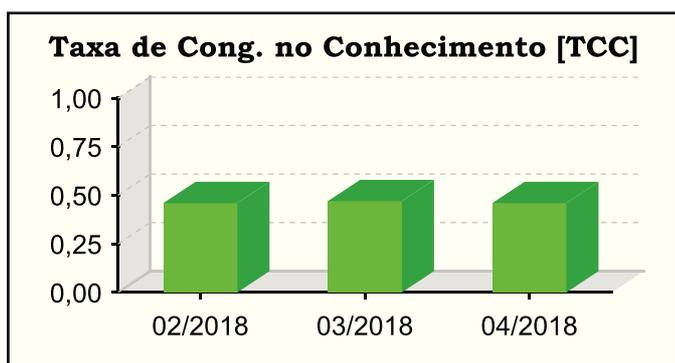




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
02/2018	0,46	0,53	0,44	0,46	0,39
03/2018	0,47	0,55	0,45	0,47	0,40
04/2018	0,46	0,58	0,33	0,45	0,40





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.002	83,5	97,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.506	125,5	145,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.508	209,0	242,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	167	13,9	16,2
Incidentes Processuais Resolvidos	973	81,1	94,2
Dias-Juiz	310	25,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	35.995	73,2	44,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	49.995	101,6	62,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	85.990	174,8	106,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	14.377	29,2	17,9
Incidentes Processuais Resolvidos	32.517	66,1	40,4
Dias-Juiz	24.121	49,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	132.672	72,3	46,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	166.819	90,9	58,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	299.491	163,1	104,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	48.750	26,6	17,0
Incidentes Processuais Resolvidos	114.676	62,5	40,1
Dias-Juiz	85.883	46,8	---

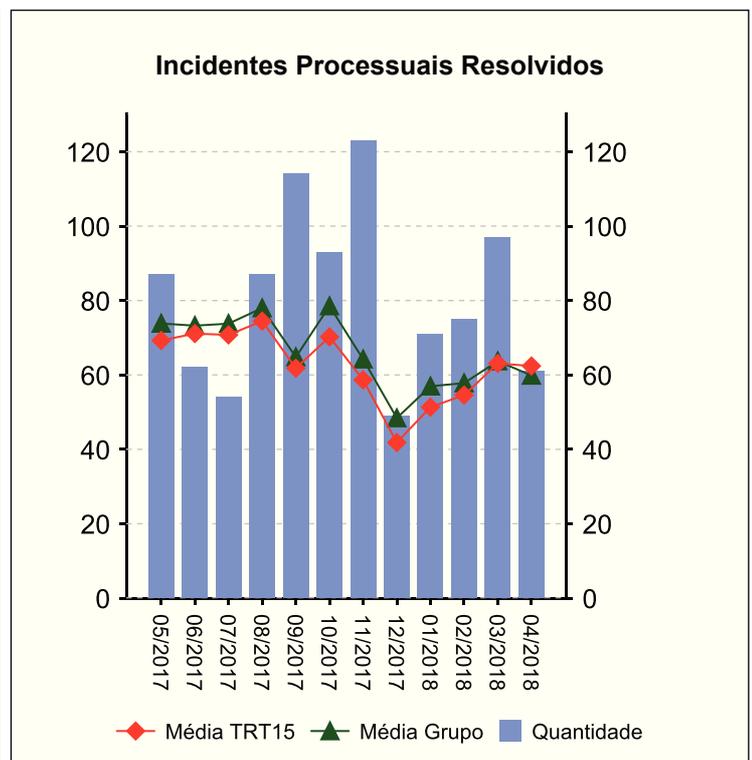
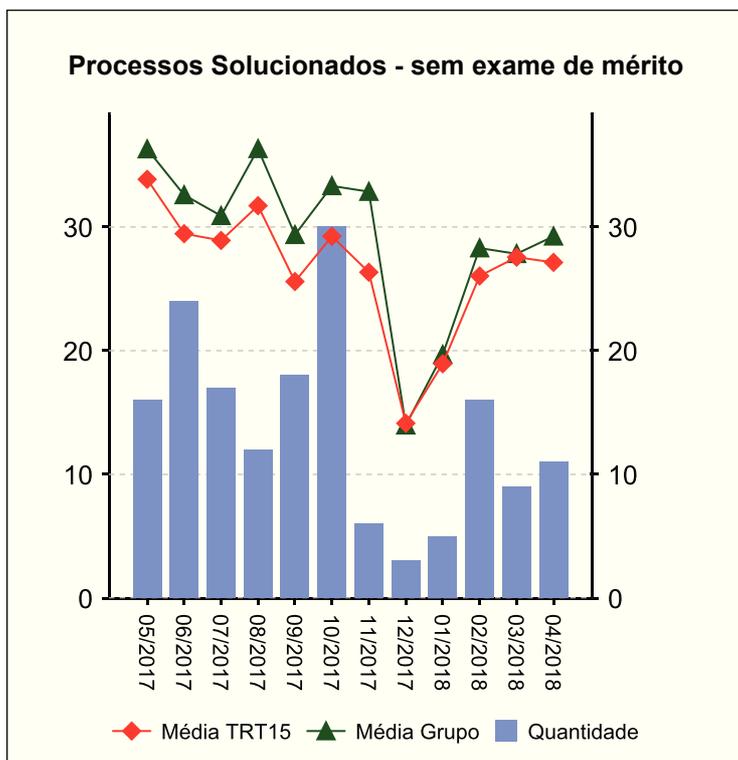
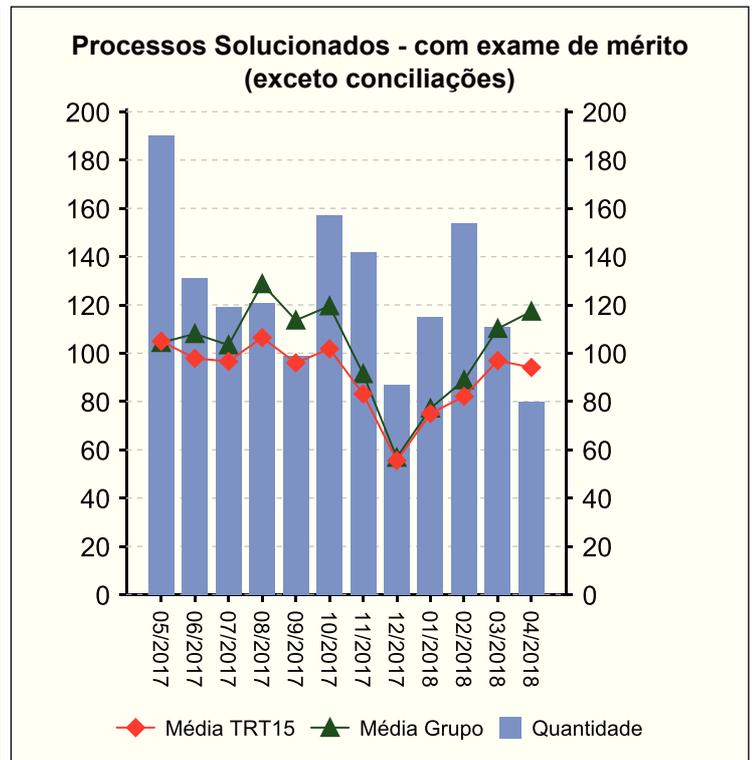
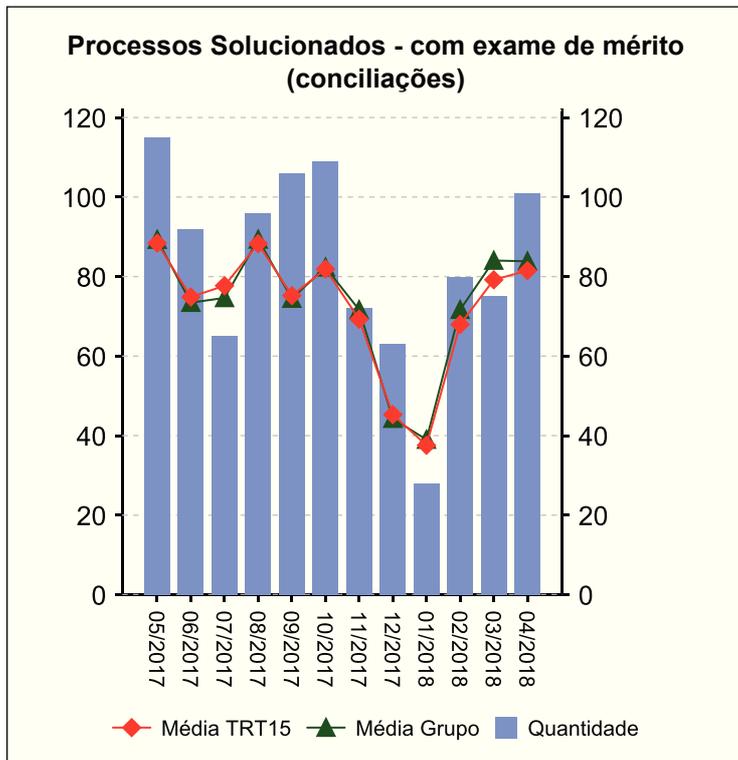
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	486	40,5	47,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	710	59,2	68,7
Sessões de audiência realizadas - una	1.681	140,1	162,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	302	25,2	29,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	57	4,8	5,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.391	199,3	231,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	359	29,9	34,7
Dias-Juiz	310	25,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	24.121	49,0	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.883	46,8	---

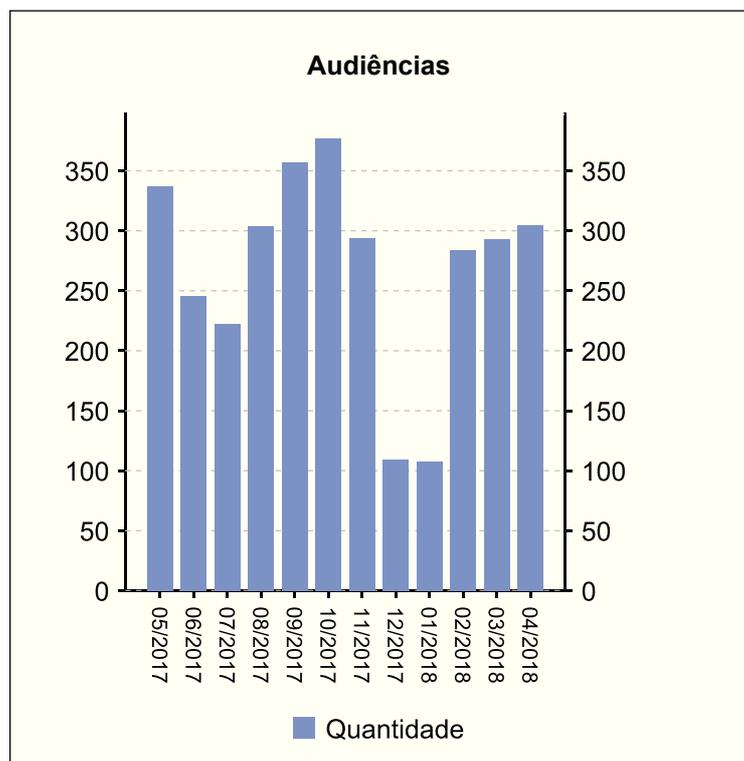


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

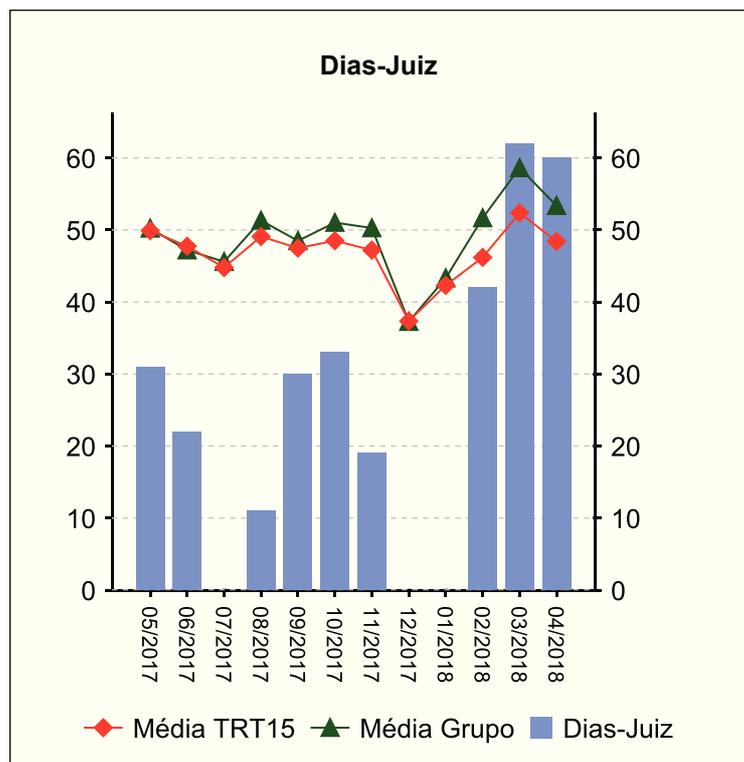
[05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
05/2017	38	13	43	61	182	337
06/2017	29	2	35	53	127	246
07/2017	13	4	32	60	113	222
08/2017	20	2	65	67	150	304
09/2017	33	9	54	77	184	357
10/2017	20	4	61	90	202	377
11/2017	28	1	56	79	130	294
12/2017	7	5	16	40	41	109
01/2018	28	1	14	23	42	108
02/2018	33	0	51	58	142	284
03/2018	24	8	39	44	178	293
04/2018	29	8	20	58	190	305
Total	302	57	486	710	1681	3236



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
05/2017	31
06/2017	22
07/2017	0
08/2017	11
09/2017	30
10/2017	33
11/2017	19
12/2017	0
01/2018	0
02/2018	42
03/2018	62
04/2018	60
Média Mensal	25,8



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.128	94,0	99,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.137	94,8	100,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.265	188,8	199,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	200	16,7	17,6
Incidentes Processuais Resolvidos	1.216	101,3	107,0
Dias-Juiz	341	28,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	34.186	69,5	43,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	37.900	77,0	48,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	72.086	146,5	92,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	14.330	29,1	18,4
Incidentes Processuais Resolvidos	27.844	56,6	35,8
Dias-Juiz	23.338	47,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.314	70,4	46,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	138.489	75,4	49,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	267.803	145,9	95,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.457	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	98.032	53,4	34,9
Dias-Juiz	84.260	45,9	---

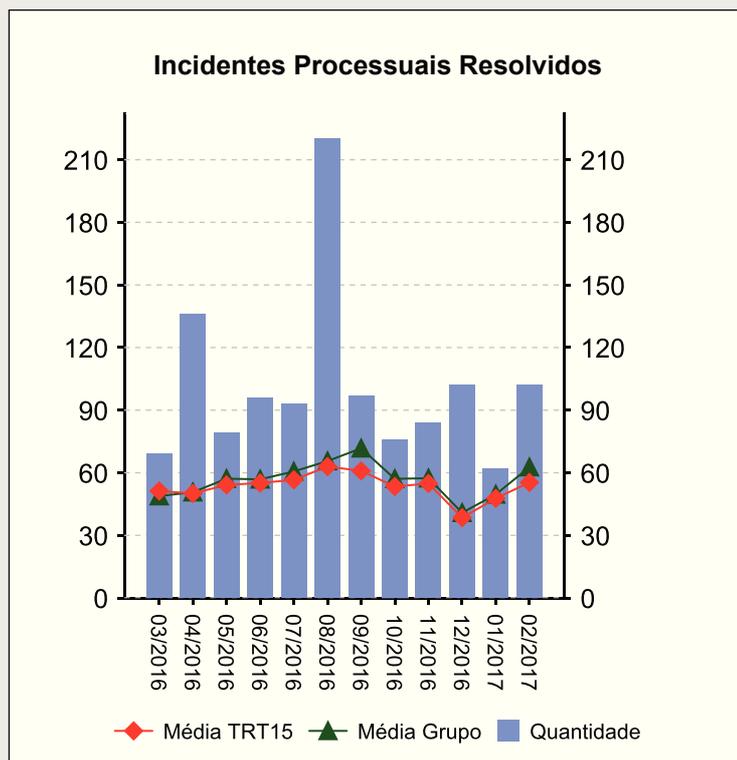
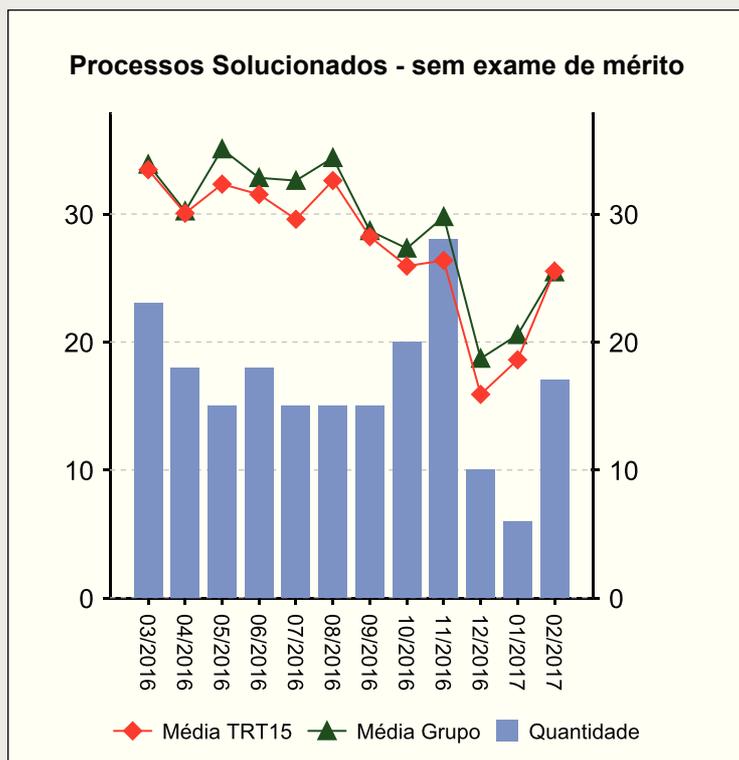
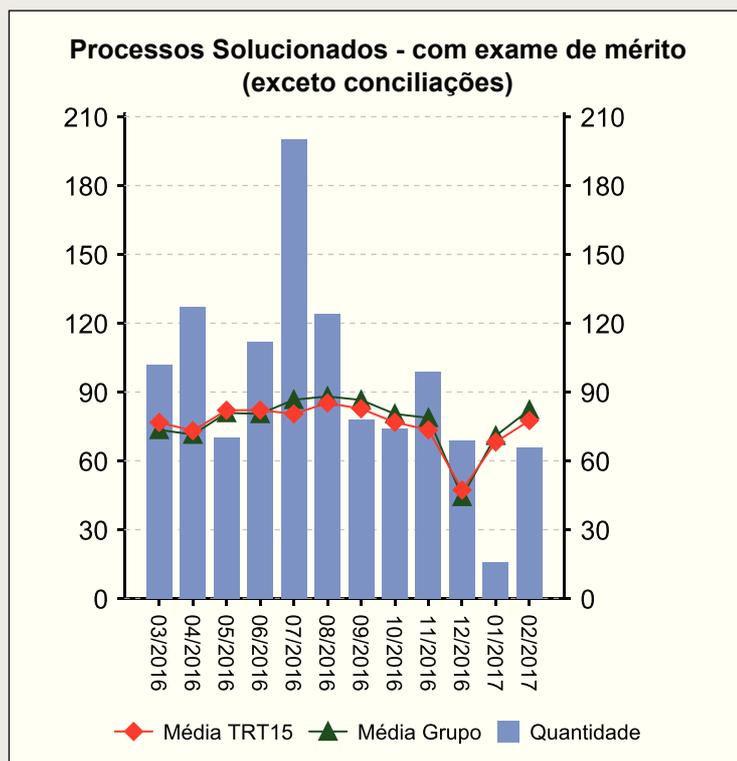
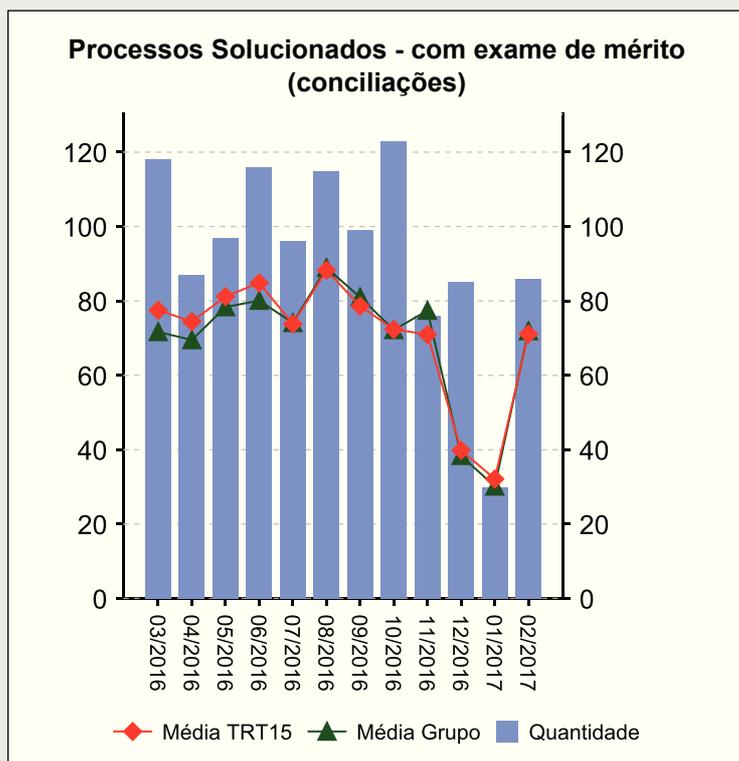
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	584	48,7	51,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	572	47,7	50,3
Sessões de audiência realizadas - una	1.835	152,9	161,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	436	36,3	38,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	119	9,9	10,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.407	200,6	211,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	555	46,3	48,8
Dias-Juiz	341	28,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	23.338	47,4	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.260	45,9	---



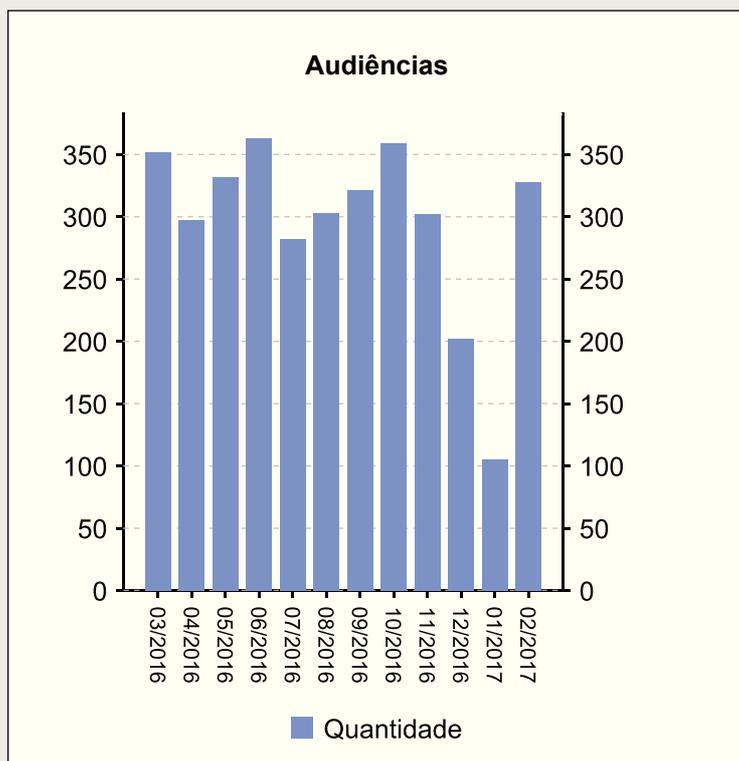
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

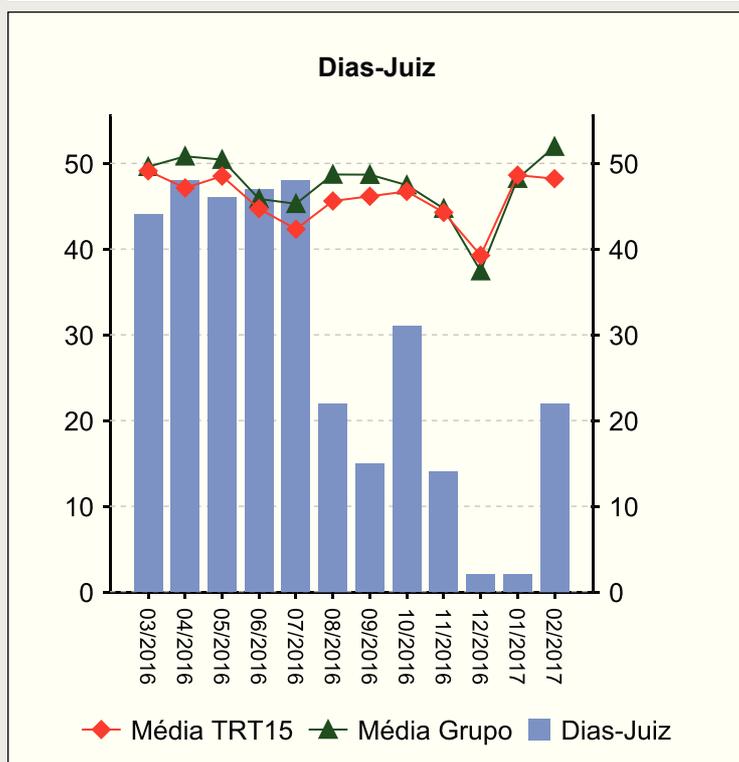
[03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
03/2016	24	10	62	53	203	352
04/2016	46	32	32	54	133	297
05/2016	14	8	65	61	184	332
06/2016	61	10	59	48	185	363
07/2016	29	10	49	49	145	282
08/2016	40	10	61	46	146	303
09/2016	53	4	51	51	162	321
10/2016	11	12	51	65	220	359
11/2016	64	8	40	44	146	302
12/2016	4	7	47	19	125	202
01/2017	32	4	13	17	39	105
02/2017	58	4	54	65	147	328
Total	436	119	584	572	1835	3546



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
03/2016	44
04/2016	48
05/2016	46
06/2016	47
07/2016	48
08/2016	22
09/2016	15
10/2016	31
11/2016	14
12/2016	2
01/2017	2
02/2017	22
Média Mensal	28,4



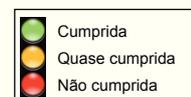
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

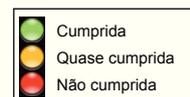
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2645	2585	2381	0	220	215	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

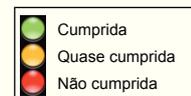
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2227	2004	2147	0	215	45	21 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
583	971	525	0	49	81	100 %





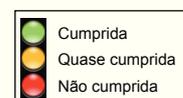
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

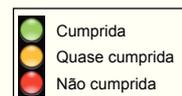
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
24	23	0.52	0	100 % 



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
241	247	231	93 % 





12 - ARRECADAÇÃO [04/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 191.224,96	R\$ 103.415,77	R\$ 0,00	R\$ 2.901.466,24



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2011	1
2012	4
2013	4
2014	10
2015	39
2016	136
2017	853
2018	468



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3.146	10	2	12	2

Fonte: Portaria GP nº 20/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 10 servidores (mais 02 Oficiais de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam os assistentes de Juiz:

Débora de Almeida Martins – Assistente da Juíza Titular Patrícia Glugovskis Penna Martins.

João Batista Duarte – Assistente do Juiz Substituto Maurício Bearzotti de Souza.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 02/05/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	02/04/2018	Data de corte:	02/04/2018
Saldo:	205	Saldo:	10
Data do mais antigo:	06/03/2018	Data do mais antigo:	01/03/2018
		Total:	215



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,40, sete pontos percentuais menor desde a última correção (0,47 em 02/2017).

Esse índice já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por tais motivos são consignados elogios.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 02/05/2018)

Não há diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça SAP1G, assim como não há diligências pendentes de cumprimento com prazo vencido no SAP1G e PJe.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011261-92.2016.5.15.0022, 0010120-04.2017.5.15.0022 e 0010509-57.2015.5.15.0022;

16.2 – não ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0012223-18.2016.5.15.0022 e 0002454-25.2012.5.15.0022;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 08/05/2018, verificou-se a existência de 559 protocolos nos últimos 12 meses, com 01 pendência) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010164-91.2015.5.15.0022, 0010265-31.2015.5.15.0022 e 0001404-27.2013.5.15.0022);

16.5 – há audiências designadas em 04 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 59 no período de 05/2017 a 04/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,33 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Mogi Mirim apresenta 33% do maior saldo de processos pendentes.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Observa-se que o cálculo de dias-juiz no item 10.2 desta Ata teve seu resultado distorcido, uma vez que, por um problema técnico, o sistema automatizado calculou período de afastamento da Juíza Teresa Cristina Pedrasi posteriormente ao encerramento de sua designação para atuar na Unidade (19/08/2016), também verificado na correição anterior – o que já foi encaminhado ao setor responsável. Assim, excluída a inconsistência apontada e elaborados novos cálculos, verifica-se que a Unidade contou com média real de 49,6 dias-juiz (conforme o quadro abaixo), superior à média do grupo (49,0) e à média mensal apurada na última correição (43,7).

Mês/ano	Qtde
05/2017	62
06/2017	52
07/2017	31
08/2017	42
09/2017	60
10/2017	64
11/2017	49
12/2017	31
01/2018	31
02/2018	52
03/2018	62
04/2018	60
Média mensal	49,6*

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 50,5* processos solucionados por meio de conciliações, superior à média de referido grupo (RARIA 44,8) e inferior à média da última correição (RARIA 64,4**). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito (125,5), considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês, foi de 75,9* (RARIA), superando a média do grupo, de 62,2 (RARIA) e à última correição (média de 94,8 processos - RARIA 65,0**), resultando em média total de solucionados com exame de mérito de 209,0 (RARIA 126,4*) na Unidade, superior à média do grupo 174,8 (RARIA 106,9). Por esses motivos, o Exmo. Desembargador Corregedor Regional consigna seus elogios aos magistrados que atuam na unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Por fim, destaca-se não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 93% de cumprimento) – conforme item 11.

* *recalculado o RARIA considerando a média de 49,6 dias-juiz.*

***recalculado o RARIA considerando a média de 43,75 dias-juiz, conforme ata 2017.*

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 02/05/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	04/07/2018	-	63
INICIAIS/ Sum:	04/07/2018	-	63
UNAS/ Ord:	24/07/2018	2	83
UNAS/Sum:	04/07/2018	1	63
INSTRUÇÕES/Ord:	04/07/2018	11	63
INSTRUÇÕES/Sum:	04/07/2018	-	63
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	27/06/2018	17	56

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Porém, também é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em / , não havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS **(fonte: Vara do Trabalho)**

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	5	4	3			12
	tarde						0
terça	manhã	12					12
	tarde	5	4	3			12
quarta	manhã	12					12
	tarde	5	4	3			12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

quinta	manhã	5	4	3			12
	tarde						0
sexta	manhã						0
	tarde						0

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	5	4	3			12
	tarde						0
terça	manhã	12					12
	tarde	5	4	3			12
quarta	manhã	12					12
	tarde	5	4	3			12
quinta	manhã	5	4	3			12
	tarde						0
sexta	manhã						0
	tarde						0

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são realizadas, em média, trinta audiências de conciliação por mês. São incluídos em pauta processos que baixaram do TRT, outros que tramitam na fase de execução e quando há requerimento de uma das partes. O Magistrado permanece na Unidade durante as conciliações.

Noticiou haver servidora capacitada pela Escola judicial para a mediação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.



18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 120,5* audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado na última correição (137,5**), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 236 dias, menor que o de seu grupo (345 dias). Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 113 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 275 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio aumentou de 222 para 236 dias, porém com redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências – atualmente em 63 dias para as iniciais, 63 para as instruções e 83 para unas, contra os 118 dias registrados na última correição.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 701, quantidade menor que a média de seu grupo (853), demonstrando tendência de diminuição desde a última correição.

** recalculado o RARIA considerando a média de 49,6 dias-juiz.*

***recalculado o RARIA considerando a média de 43,75 dias-juiz, conforme ata 2017.*

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com a gestora e seu assistente.

Neste ato, verifica-se que a Unidade não adota a padronização de nomenclatura das subcaixas, conforme orientação da Corregedoria, que é imprescindível para que as subcaixas se ordenem cronologicamente, sobretudo, possibilitando relatórios mais consistentes do SICOND. A nomenclatura observará o seguinte modelo:

“AAAA/MM – Xª quinzena”

- Onde AAAA correspondente ao ano, com 4 dígitos;
- MM correspondente ao mês, com 2 dígitos e;
- X correspondente a 1ª ou 2ª quinzena.

Exemplificativamente:

- 2017/07 – 1ª quinzena;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- 2017/07 – 2ª quinzena;
- 2017/11 – 2ª quinzena;
- 2018/08 – 1ª quinzena.

A Unidade possui apenas 5% de processos físicos, o que corresponde a 316 feitos. Recebeu em 2017 2.645 novos processos e solucionou 2.585, o que representa 97,73% dos recebidos.

Em 2017, foram duas aposentadorias: uma em final de fevereiro de servidora que atuava como Secretária de Audiências e, em julho, a Calculista da unidade. No presente ano, aposentou-se o assistente de Diretora. Recentemente a unidade recebeu dois novos servidores e, assim, a gestora tem buscado a reestruturação de sua equipe.

A pauta informada condiz com as pesquisas (por amostragem) realizadas nesta Corregedoria. Ressalta-se apenas que: a) a última inicial em pauta foi marcada para 12/07/2018; b) a última instrução em pauta foi marcada para 23/08/2018; c) a última instrução de rito sumaríssimo em pauta foi marcada para 17/07/2018; d) a última UNA em pauta foi marcada para 20/08/2018; e) a última UNA rito sumaríssimo em pauta foi marcada para 20/08/2018.

Constata-se o fracionamento de tarefas tais como mencionado no formulário pré-correicional (vencimento de prazo de processos principalmente de execução e processos parados há mais de 40 dias aguardando confecção de guia de retirada e alvará): o prazo médio de todas as fases aumentou desde a última correição. No aspecto, segue a determinação 21.1 adiante.

Gestão compartilhada. A Corregedoria insiste na gestão compartilhada, a fim de que os orientadores das fases tenham participação efetiva na capacitação dos servidores de suas equipes, sobretudo, para a utilização das ferramentas disponíveis. Nesse sentido, a Corregedoria menciona a Wiki da Corregedoria e os fluxos processuais, ambos disponíveis na Extranet/Jurídico/Orientações da Corregedoria.

Notificação eletrônica não é adotada pela unidade. A Corregedoria sugere a prática da notificação eletrônica, sobretudo, para as iniciais, aproveitando-se os magistrados das audiências para fazer o convite às empresas para adesão e concessão de aceite expresso, bem como, valendo-se dos oficiais de justiça para a estimular. Registra-se que os endereços eletrônicos e aceites obtidos pelos oficiais de justiça devem ser compartilhados com a unidade, a quem compete realizar a notificação inicial não pessoal, por meio de diligências. Aos oficiais de justiça compete realizar as notificações, apenas, de caráter pessoal. Quanto aos documentos que devem acompanhar a notificação e intimação eletrônica, a Corregedoria esclarece e orienta que seja gerada a chave de acesso correspondente a eles, valendo-se da anexação do expediente de “Certidão”, modelo “Certidão – Gerador de Hash”,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

que atende, plenamente, a essa necessidade. Quanto à comprovação de recebimento da notificação eletrônica, sugere-se a anexação do “print” do envio, sem, necessariamente, anexação de certidão ou, ainda, que a confirmação de recebimento seja armazenada em pasta própria e consultada, se diante da alegação de que não houve o recebimento da mensagem eletrônica.

Não há adoção do controle de perícia, na forma sugerida pela a Corregedoria. A magistrada titular da unidade entende que o acompanhamento mais frequente dos processos de perícia, sem a designação prévia de datas, é mais eficiente para a gestão dos processos.

De toda forma, a Corregedoria insiste na implementação do controle de perícia, onde, primeiramente, cabe ao perito acompanhar suas nomeações e demais decorrências, uma vez que tem amplo acesso à designação, bastando a consulta em painel próprio, conforme consta do Manual do Perito no sítio do CSJT (https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual_Perito). Esse procedimento consiste em, na posse da agenda do perito, o juízo fixar as datas da perícia e do laudo (observado prazo razoável de exequibilidade), sendo que o perito e as partes se comunicarão entre si, por meio de seus endereços eletrônicos, para apresentação da prova pericial, somente, após sua conclusão efetiva. Na falta da agenda do perito, caberá a ele informar as partes da data da perícia, mantido os demais procedimentos mencionados. Uma alternativa da prática é, além de fixar a data da perícia, a fixação das datas para juntada do laudo pericial (observado prazo razoável de exequibilidade), das impugnações e de eventuais esclarecimentos. A fixação prévia das datas e a comunicação direta com o perito possibilitam que a força de trabalho da unidade seja direcionada a outras atividades, em vez de serem voltadas às notificações de partes e perito a cada juntada de petições pertinentes à produção da prova técnica. Sobretudo, sugere-se que seja realizada reunião com os peritos que atuam na unidade, esclarecendo a relevância da assistência que prestam e a fim de obter deles o comprometimento e alinhamento necessários ao êxito da prática do controle de perícias. No mais, é relevante o estabelecimento de prazos para apresentação de laudo, compatível com a pauta da unidade. Convém observar que, em outras unidades deste Regional, o elevado número de impugnações das partes sobre o laudo comprometeu a implementação do controle de perícias.

Constatada a variedade de prazos para razões finais (mesmo dia: 0011804-32.2015.5.15.0022, 38 dias: 0011538-11.2016.5.15.0022 e 06 dias: 0012572-21.2016.5.15.0022) e a não criação da subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”, a Corregedoria reitera a orientação para sua criação, sob pena de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

responsabilidade. Ainda que se constate o acompanhamento frequente e rigoroso de lançamento de conclusão para magistrados para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais, em observância da Portaria GP-CR nº 89/2015, a medida evita processos fora do fluxo e, sobretudo, possibilita, que a Corregedoria extraia relatórios relevantes à questões relacionadas a magistrados.

No tocante ao relatório de processos convertidos em diligência, a gestora esclarece que houve casos de reabertura da instrução pelo magistrado, para melhor esclarecimento.

Procedimento na fase de liquidação. São realizadas pautas para tentativa de conciliação, mas não ocorrem homologações em mesa.

No aspecto, a Corregedoria sugere a intimação das partes para apresentação de cálculos, mais a determinação de depósito, pela ré, do valor que entende devido, em data designada para pauta de mediação. Assim, em mesa, não havendo acordo, ocorre a liberação dos valores encontrados nos autos, bem como, a homologação dos cálculos e citação da ré para pagamento do total ou do remanescente. Senão em audiência de mediação/tentativa de conciliação, sugere-se a intimação da reclamada para apresentação de cálculos e depósito do valor que entende devido. Na sequência, a liberação do valor do depósito, concomitantemente à concessão de prazo para o reclamante falar sobre os cálculos da reclamada,, seguida de homologação e arquivamento, se silente o autor. A prática tem demonstrado um reduzido número de impugnação à sentença de liquidação.

A Corregedoria insiste na recomendação para que a gestão da unidade se dê por processos e relatórios e não por petições, salvo as urgentes. Nesse sentido, que as equipes melhor organizem os agrupadores, procurem não deixar processos parados em caixas de tarefas intermediárias, retirem os destaques de sigilo dos documentos no PJe, quando não mais necessários, habituem-se a indicar que os arquivos e documentos anexados aos processos foram apreciados (estourar os balões).

No tocante ao processo 0010140-97.2014.5.15.0022, que se encontra na tarefa “Análise de Conhecimento” desde 05/09/2014, foi aberto chamado nº 15044/2016, nada obstante sua visualização no PJe, a tramitação subsequente não se efetiva, tratando-se de arquivamento. Nesse sentido, a Corregedoria recomenda a reabertura do chamado para sua plena e efetiva conclusão.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

20.2 – ordenar a pronta liberação de valores, após a liquidação de sentença em que se apurar créditos superiores ao depósito recursal, pela celeridade e efetividade processual.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos poucos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

21.2 – priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores, e migração para o Pje;

21.3 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.4 – utilizar regularmente as ferramentas CCS, CNIB e SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

21.5 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 09/05/2018 e 15/05/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0002571-16.2012.5.15.0022 0000874-86.2014.5.15.0022	Processos físicos na ocorrência “LNS - lançamento de solução - realizada” desde 26/04/2018.	Levar os feitos à conclusão para deliberações sobre o prosseguimento do feito, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular nº 01/2016- CR.
2	0001398-54.2012.5.15.0022	Processo físico na ocorrência desde 29/09/2017, dentro da variável 342 – aguardando finalização da fase de conhecimento. Não houve o lançamento da ocorrência ARQ após o desarquivamento.	Regularizar o feito.
3	0040201-34.1997.5.15.0022	Processo físico na ocorrência DES - despacho desde 10/11/2016. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.	Solucionado por ocasião da Correição.
4	0012146-09.2016.5.15.0022	Processo eletrônico na tarefa “análise do conhecimento” desde 15/02/2018.	Solucionado por ocasião da Correição.
5	0012558-03.2017.5.15.0022	Processo eletrônico na tarefa “Preparar comunicação” desde 01/04/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 25 processos na tarefa.	Cumprir integralmente a decisão exarada em 01/04/2018, que converteu o julgamento em diligência, designando perito.
6	0000663-89.2010.5.15.0022	Processo eletrônico na tarefa intermediária “Minutar expediente de secretaria” desde 19/02/2018. O feito aguarda a expedição de guias de retirada. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 52 processos na tarefa e 43 processos na tarefa análoga da fase de execução.	Cumprir a determinação constante na sentença proferida em 13/12/2017, expedindo-se as guias de retirada correspondentes.
7	0165900-98.1998.5.15.0022	Processo físico na ocorrência “RMA – remetido ao arquivo” desde 29/08/2013. Verifica-se que a execução foi extinta, mas permanece o feito com pendência de pagamento de RPV no e-GESTÃO. Há outros processos na mesma situação. Há outros 30 processos pendentes no relatório de RPVs.	Verificar o relatório do e-GESTÃO de RPV – requisitório de pequeno valor – pendente e regularizar o lançamento no SAP1G de valores já pagos (RPV quitados), para a transparência dos dados no e-GESTÃO.
META2	0001235-11.2011.5.15.0022	Processo físico inserido na Meta 2 do E. CNJ, aguardando o encerramento da instrução processual. Última ocorrência “RCT – recebido pela contadoria” desde 13/04/2018. Observa-se que julgamento do feito foi convertido em diligência em	Levar o processo à conclusão para análise e prosseguimento do feito. Além disso, a Secretaria deverá acompanhar e tramitar com prioridade os feitos inserido na Meta 2 do E. CNJ.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		08/05/2017, aguardando o término do desdobramento da perícia contábil realizada na fase de conhecimento.	
	0001042-59.2012.5.15.0022	Processo físico inserido na Meta 2 do E. CNJ em carga com o Magistrado em 17/4/2018. Observa-se que o feito foi julgado, sem o devido registro no sistema SAPIG.	Regularizar os lançamentos processuais.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MM^a Juíza Titular Patrícia Glugovskis Penna Martins está autorizada a residir fora da jurisdição (PA 0000380-84.2015.5.15.0897).

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo Maurício Bearzotti De Souza reside na sede da circunscrição.

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP n° 1267/2017.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 28 de maio de 2018, às 15 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.